

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (1911 –)

A República esteve na origem do atual Arquivo Histórico Militar, já que no decreto da organização geral do Exército publicado em 25 de Maio de 1911, o Arquivo Histórico é referido no seu artigo 267, nos seguintes termos: “O Arquivo Histórico terá por atribuições a guarda e catalogação de todos os documentos históricos relativos às campanhas em que tenha tomado parte o nosso exército e às guerras coloniais, bem como de todos os que, de futuro, possam ter interesse sob o ponto de vista bibliográfico-militar”. E logo acrescenta no seu parágrafo 2º: “A organização do arquivo histórico será fixada em diploma especial”. Por esta razão, o quadro de pessoal era omissivo em relação ao arquivo histórico. A espera pelo diploma especial prolongou-se até 1921, quando a 4 de Outubro foi publicado o decreto 7723, como “Regulamento para o organização do Arquivo Histórico Militar”. Segundo o Regulamento, convergiam para o Arquivo Histórico “todos os documentos de natureza histórico-militar existentes nos atuais arquivos das Direções Gerais do Ministério da Guerra; no estado-maior do exército e em qualquer outra estação dependente do Ministério da Guerra; nos arquivos do Ministério das Colónias ou de qualquer outro Ministério”.

Em Fevereiro de 1923, uma comissão nomeada para proceder à organização do Arquivo Histórico Militar resolveu que para este transitassem, do arquivo da 1.ª Direção Geral do Ministério da Guerra, todos os chamados «Livros Mestres» (ou Registos de Matrícula das Unidades de 1.ª e 2.ª linhas do Exército, desde 1763, data da sua criação, até ao seu fim, em 1907), as Listas das Companhias e bem assim os 4.000 processos dos oficiais falecidos até 31 de Dezembro de 1850. Em 25 de Fevereiro de 1924 novo regulamento foi publicado, em virtude da experiência de dois anos ter “demonstrado a necessidade e conveniência de introduzir várias alterações no regulamento para a organização do Arquivo Histórico Militar”, através do decreto 9499. Logo nesse ano, foi restituída ao Arquivo a valiosa documentação que havia saído da antiga secção histórica do Arquivo Geral do Ministério da Guerra para o Arquivo Militar, incorporado no arquivo da Inspeção Geral de Fortificações e Obras Militares, embora muitos dos mapas, cartas e desenhos de arquitetura não tivessem sido transferidos. Da 3.ª Divisão do Exército veio toda a documentação que lá existia até 31 de Dezembro de 1850, constituída por processos e documentos soltos, da época da Guerra Peninsular, das Campanhas Liberais, em especial do Cerco do Porto e, finalmente,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

relativos a vários acontecimentos políticos e militares do período de 1834 a 1850. Do Governo do Forte de S. Julião da Barra, recolheu a documentação que abrangia o período de 1802 a 1850, tendo desaparecido a do ano de 1817, referente ao general Freire de Andrade. Foi também transferida, da 1.^a Direção Geral do Ministério da Guerra, documentação anterior a 1850 e todos os Livros de Ordens Regimentais anteriores a 1 de Janeiro de 1900.

Já depois do 28 de Maio de 1926, e por decreto de 18 de Dezembro de 1928, cessou a existência do Arquivo do Corpo Expedicionário Português, que estava na dependência da 3.^a Direção Geral do Ministério da Guerra, passando todos os documentos a ficar sob a responsabilidade do Arquivo Histórico Militar. Por determinação da Repartição do Gabinete do Ministro, de 30 de Abril de 1930, as fotografias dos oficiais do Exército falecidos, existentes no Arquivo Fotográfico da Repartição do Gabinete do Ministro, passaram a ser enviadas ao Arquivo Histórico Militar, logo que em Ordem do Exército fosse publicado o seu falecimento. Em 1948, foi entregue ao Arquivo Histórico Militar, restituído pelo Governo Brasileiro, o chamado Arquivo Militar de Lisboa, acervo de documentos da época do Conde de Lippe, e outros dos séculos XVII, XVIII e XIX, que D. João VI levara para o Rio de Janeiro. Em 1951, o Arquivo Histórico Militar foi transferido de Santa Clara para as instalações que atualmente ocupa no 1.º, 2.º e 3.º pisos da ala Leste do edifício do Estado-Maior do Exército, em Lisboa. Só em 1973 foi aprovado o novo regulamento do AHM, pelo decreto 123/74 de 24 de Março, o qual adaptou o serviço à orgânica militar vigente e formalizou a existência de um gabinete técnico. Também regulamentou de forma mais precisa a publicação anual do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*.

Os fundos documentais que tinham sido acumulados pelo Ministério da Guerra provinham da antiga Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, constituída por alvará de 28 de Julho de 1736, instituição da qual passaram a emanar todos os assuntos de carácter diplomático e militar. Tinha a sede no Paço da Ribeira, pelo que, com o terramoto e incêndio de 1 de Novembro de 1755, o seu arquivo perdeu muitos dos documentos que continha e é de supor que outros desapareceram devido à transferência, sem dúvida precipitada, para o Palacete do Pátio das Vacas, na Calçada da Ajuda. Por este motivo, a reordenação do que foi possível salvar e a formação do novo arquivo começou em 1756, data em que se inicia o acervo documental hoje existente no Arquivo Histórico Militar. A Carta de Lei de 12 de Junho de 1822 estabeleceu a separação das duas Secretarias de Estado, as quais foram instaladas no Palácio da Regência, no Rossio, mas, por insuficiência destas instalações, o arquivo de ambas as Secretarias permaneceu no Pátio das Vacas. No entanto, foi desde logo efetuada a sua divisão em dois arquivos distintos - o diplomático e o militar - separação que provocou certa desordem por se ter inutilizado o inventário existente. Findo o conflito das lutas liberais, em 1834, foi determinado que no arquivo da Ajuda fossem incorporados o “arquivo moderno” da Secretaria da Guerra correspondente ao período de 1820 a 1833, o “arquivo da Secretaria da Guerra dos Liberais” relativo à época do Cerco do Porto (1832-33), o



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

“arquivo da Terceira” do período do Governo Constitucional dos Açores, os arquivos das extintas Inspeções Gerais de Infantaria e de Cavalaria, ambas criadas no século XVIII e finalmente o arquivo do extinto Conselho de Guerra, como veremos.

Em 1845 o arquivo instalado no Palacete do Pátio das Vacas foi removido, apressada e desordenadamente, para o piso inferior do Palácio da Ajuda e, em 1862, para o edifício do Jardim Botânico. Extinta a Oficina ou Fábrica de Refinação do Salitre, em Alcântara, resolveu o Ministério da Guerra, em Julho de 1877, aproveitar a maior parte do edifício para sede do Arquivo Geral, determinando-se desde logo que a remoção começasse pelo Arquivo existente no Jardim Botânico (o histórico) seguindo-se-lhe, em 1878, parte do instalado no Terreiro do Paço (a outra parte, a principal e de imediata necessidade para o serviço da Secretaria da Guerra, foi transferida para o edifício do Arsenal da Marinha). Data, portanto, de 1878 a incorporação do arquivo administrativo da Secretaria da Guerra (1833 a 1877) no importante Arquivo da Ajuda (1640 a 1833), junção feita sem qualquer critério pelo que daí em diante a desordem foi constante. Com o estabelecimento da linha férrea de Lisboa a Torres Vedras, o edifício do Arquivo foi vendido à companhia concessionária da linha. Devido à urgência de construir a estação de Alcântara, foi o arquivo transferido para a ala sul do antigo Palácio dos Condes de Resende, no Campo de Santa Clara, iniciando-se a mudança em 28 de Novembro de 1884 e com um prazo de 10 dias. Para Santa Clara foi também transferido, em Janeiro de 1885, o arquivo administrativo que se encontrava no edifício do Arsenal da Marinha desde 1878. Por Portaria de 26 de Dezembro de 1891, foi nomeada uma Comissão com a incumbência de proceder à escolha e classificação dos documentos de valor histórico, discriminando os que devessem ser conservados ou inutilizados ou, ainda, de entre os primeiros, quais os que conviria publicar, deixar no Arquivo do Ministério da Guerra, transferir para a Torre do Tombo ou para outros Arquivos e Bibliotecas Públicas.

O mais antigo arquivo relativo exclusivamente a assuntos militares é o resultante da criação do Conselho de Guerra em 11 de Dezembro de 1640, com Regimento de 22 de Dezembro de 1643, para se ocupar dos assuntos militares, nomeadamente, organização do exército e da armada, nomeação dos oficiais de patente, fortificações, projetos de operações, justiça militar e disciplina. Após a criação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em 1736, a importância do Conselho de Guerra ficou muito limitada, tendo, no entanto, continuado a ter funções consultivas até 1834. Contudo, o arquivo do Conselho de Guerra ficou sob a alçada da Secretaria de Estado e foi instalado, após o terramoto de 1755, juntamente com arquivos de outras proveniências, no atrás citado Palácio do Pátio das Vacas, na Ajuda. Seguindo o percurso dos arquivos em que se integrou, o arquivo do Conselho de Guerra só conheceu um destino diferente quando, em 1865, por portaria do Ministério do Reino de 22 de Junho, foi ordenado o início dos trabalhos da sua inventariação e transferência para a Torre do Tombo. Para os efetuar, foi nomeado



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Cláudio Chaby, vindo a respetiva documentação a ser transferida e enviada para a Torre do Tombo, onde hoje se encontra, em 14 remessas, entre 1868 e 1889.

Em 20 de Julho de 1802, o Príncipe Regente, futuro D. João VI, criou o posto de Inspetor das Fronteiras e Costas Marítimas, a quem deu a missão de *“examinar cuidadosamente o estado das fronteiras e costas marítimas, propor os planos de defesa que parecerem mais apropriados, levantar cartas e mapas militares das praças, torres e posições que forem ordenadas”*. Pouco depois, por decreto de 4 de Setembro do mesmo ano, o Príncipe Regente estabeleceu o Arquivo Militar (*Archivo Militar*, na grafia da época). O decreto justifica-o porque *“convindo que estes importantes trabalhos sejam fiel e cuidadosamente conservados e colocados com a ordem e método que melhor possa facilitar o uso deles, sou servido criar para esse efeito um Archivo Militar, em que se deverão reunir não só todos os trabalhos, a que mando proceder pela Inspeção, mas também todas as memórias, cartas e planos militares existentes, assim as que respeitam a esta Monarquia e suas Colónias, como os que forem relativos aos Países Estrangeiros”*. Finalmente, o rei acrescenta: *“E considerando Eu a importância de um semelhante Depósito: Hei por bem criar para a direção dele um Diretor, que além dos distintos conhecimentos militares e graduação que para isso o deverão habilitar haja de reunir circunstâncias pessoais, que o façam digno da Minha Real confiança”*. É por isso que, logo a 8 de Setembro, o rei nomeia o diretor do Arquivo, com a seguinte justificação: *“Considerando que para um emprego de tanta importância convém que Eu haja de destinar pessoa que pelas suas qualidades seja digna da Minha Real confiança, e reúna a esta principal circunstância a de possuir distintos conhecimentos militares, e sendo-Me constantes os sentimentos de Honra e de Fidelidade de D. Pedro Vito de Menezes marquês de Marialva; como igualmente a sua aplicação aos estudos da sua profissão, a exemplar assiduidade, zelo e inteligência com que se tem empregado nas comissões do Meu Real serviço de que tem sido encarregado, e por esperar dele que desempenhará muito à Minha satisfação, esta de que sou servido incumbi-lo; Hei por bem nomeá-lo diretor do Archivo Militar”*. E embora a história do *Archivo* se tenha afastado, como tantas vezes, das linhas essenciais que o rei assim deixava definidas, a verdade é que o seu património documental se conservou pelos anos fora, constituindo hoje um espólio arquivístico de incalculável valor para a memória do Exército Português, do Brasil, dos novos países africanos de língua portuguesa e de todos os territórios que Portugal administrou. Os herdeiros deste património são hoje a Arma de Engenharia Militar e o Arquivo Histórico Militar, como depositários desse riquíssimo património. Estes dois órgãos têm-se empenhado em preservar, valorizar e divulgar o acervo documental que possuem, na certeza de contribuir para o conhecimento do passado de Portugal, da sua presença no mundo e das relações que ao longo de cinco séculos foram estabelecidas com tantos povos e tantas gentes. Da documentação integrante do seu património, deve destacar-se um aspeto fundamental da memória conservada pelo Exército – a memória da fortificação militar espalhada pela aventura do homem português nos quatro cantos do mundo. Como vimos, em 1924,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

parte da documentação deste valioso espólio foi transferido para o Arquivo Histórico Militar. Mas, infelizmente, foi efetuada uma divisão entre as partes escritas (de uma forma geral, transferidas) e as partes desenhadas (retidas), o que separou as memórias descritivas das suas respetivas cartas, mapas e desenhos de arquitetura. Ainda hoje subsiste esta situação, como acentuamos.

A publicação do *Boletim do Arquivo Histórico Militar* começou em 1930, sendo diretor o coronel Henrique de Campos Lima, com a finalidade de apresentar trabalhos de investigação histórico-militar de reconhecido valor, referir documentos de maior interesse que fazem parte do património e dar a conhecer os inventários e catálogos documentais elaborados pelos serviços do Arquivo. O primeiro índice de documentos foi publicado logo nos 1º e 2º volumes (1930 e 1931), respeitante à “Correspondência diplomática militar do General Bernardim Freire de Andrade, comandante em chefe do Exército Português, campanha de 1808”, num total de 117 documentos. Mas o primeiro catálogo de uma secção completa só viria a ser publicado em 1954, no volume nº 24 do Boletim, como “Catálogo do Fundo Documental do Brasil, 1ª Secção da 2ª Divisão”. Seguiram-se outros trabalhos importantes, como o “Catálogo da Mapoteca”, no Boletim nº 43 de 1973; o “Catálogo de Angola – 2ª Secção da 2ª Divisão” no Boletim nº 47 de 1977; o “Inventário da Secção de Fortificações – 9ª Secção da 3ª Divisão”, no Boletim nº 50 de 1980; e ainda um inventário especial sobre o Marquês de Pombal, como “Contributo do AHM para as comemorações do bicentenário da morte do Marquês de Pombal”, publicado no Boletim nº 52 de 1984. Entretanto, nos volumes 25 a 40 do Boletim, entre 1955 e 1970, foi publicado o “Catálogo dos Decretos do Extinto Conselho de Guerra, 1640-1834”, trabalho efetuado a partir da documentação original depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, realizado pelo coronel Horácio Madureira dos Santos, que seria diretor do Arquivo entre 1969 e 1971. O boletim também passou a incluir o relatório do diretor, o que permite conhecer, anualmente, os fundos transferidos para o Arquivo, assim como os trabalhos de tratamento documental efetuados. A regularidade anual foi mantida de uma forma geral até ao início do século XXI, estando atualmente suspensa a sua publicação. Foram publicados 66 volumes, até 2005.

Deve também referir-se o papel da Comissão de História Militar, criada em 1923, com a finalidade de “promover a investigação, aquisição e publicação de documentos históricos militares”. A Comissão era constituída por “funcionários militares e civis competentes em assuntos de história militar” e a sua Comissão Central integrava um oficial general como presidente e oito vogais, sendo quatro do Exército, dois da Marinha e dois civis, estes escolhidos entre “funcionários do Ministério da Instrução”. A Comissão acompanhou desde a sua criação o Arquivo Histórico Militar, servindo-se das mesmas instalações, mas estendeu a sua ação a todo o país, através de vogais correspondentes, que efetuavam trabalhos de investigação de história local e assinalavam documentos de interesse para a história militar, cuja importância a Comissão vinha depois a analisar. Entre os seus primeiros trabalhos conta-se o “estabelecimento de uma história das unidades militares e sua participação em batalhas e outras ações

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

militares, a fim de estabelecer as suas legendas e divisas”. Desde o primeiro volume do Boletim do AHM, a Comissão Militar publicou um relatório anual, sem interrupção até 1963, onde dava conta das suas atividades, em especial das aquisições e transferências de documentos com interesse para a história militar, incorporados no acervo do Arquivo Histórico Militar. Com a criação, em 1959, da Direção do Serviço Histórico-Militar no âmbito do Exército, a Comissão foi perdendo o seu papel e acabou por se extinguir, ao mesmo tempo que surgia também a Comissão Portuguesa de História Militar, na dependência do Ministro da Defesa, em 1989.

A documentação do Arquivo Histórico Militar tem servido de base a inúmeros estudos e mesmo teses académicas, no âmbito da historiografia contemporânea. Pode mesmo dizer-se que o seu património documental tem vindo progressivamente a ser abordado para diferentes finalidades, incluindo a edição de obras sobre a história militar, assim como a ilustração de inúmeros trabalhos nesta área. De entre todos cabe destacar os trabalhos efetuados por António Pedro Vicente com relevância para dois textos fundamentais publicados no Boletim do Arquivo, um no seu nº 40 de 1970 sobre “Um soldado na Guerra Peninsular – Bernardim Freire de Andrade e Castro” e outro no Boletim nº 41 de 1971 sobre “Memórias Políticas, Geográficas e Militares de Portugal”. Realcem-se também os trabalhos de Artur Teodoro de Matos, que publicou no volume nº 50 do Boletim, de 1980, o seu estudo “A Academia Militar da Ilha Terceira, 1810-1925”.

É o seguinte o quadro de diretores do Arquivo Histórico Militar: Luís Henrique Pacheco Simões (1921-1925); Henrique de Campos Ferreira Lima (1927-1949); Alberto Faria de Moraes (1950-1957); João Carlos de Sá Nogueira (1958-1969); Horácio Madureira dos Santos (1969-1971); José Rodrigues Raimundo (1971); Luís Mendes (1971-1975); Nuno Bessa de Almeida Frazão (1976-1989).

Bibliografia: *Arquivo Histórico Militar*, Lisboa, 1978; *Manual dos Arquivos do Exército*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 2005; *Ordens do Exército*, 1ª Série; Coleção do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, Lisboa, 1930-2005, 66 volumes.

(*Ref.s electrónicas:* [Arquivo Histórico Militar](#) / [InfoGestNet: Portal Internacional de Informação e Pesquisa Interarquivos](#) – (consultado em 14 de Dezembro de 2015))

Aniceto Afonso



APOIOS:

